

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ - PODER EXECUTIVO														
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL														
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL														
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
SETEMBRO/2021 A AGOSTO/2022														
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS													
	(Últimos 12 meses)													
	LÍQUIDADAS													
	(a)													
	(b)													
set/21	out/21	nov/21	dez/21	jan/22	fev/22	mar/22	abr/22	mai/22	jun/22	jul/22	ago/22	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.087.823.239,72	1.903.484.086,22	1.109.571.002,78	1.336.351.531,02	1.088.490.814,73	1.130.217.438,36	1.125.680.312,39	1.313.445.746,45	1.325.709.946,27	1.393.964.729,52	1.361.362.856,16	1.360.993.577,66	15.537.095.081,28	0,00
Pessoal Ativo	761.400.772,09	1.238.410.626,60	763.407.094,24	1.003.643.031,10	750.449.571,32	775.611.709,65	764.707.733,39	905.481.709,87	889.935.134,89	964.618.610,71	930.411.225,61	936.412.137,22	10.684.496.356,49	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	656.841.103,53	1.066.960.096,17	613.343.949,84	864.770.569,17	616.700.856,67	625.069.302,15	628.023.986,23	727.327.862,72	721.861.425,92	750.126.125,90	757.149.667,85	751.210.019,65	8.819.317.069,30	
Obrigações Patronais	104.559.668,16	171.450.540,43	150.063.144,40	138.872.461,93	133.747.714,65	150.552.407,50	136.683.737,16	178.153.746,95	168.133.709,87	174.492.480,81	173.281.557,76	185.200.117,57	1.865.171.287,19	
Pessoal Inativo e Pensionistas	326.422.467,83	665.073.459,62	346.163.908,54	332.708.499,92	338.042.043,41	354.005.728,71	360.972.579,00	407.964.036,78	435.774.811,38	429.946.118,81	430.951.630,55	424.581.440,44	4.852.606.724,79	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	270.798.316,86	554.742.448,09	289.745.327,89	276.209.670,74	277.381.314,38	292.721.483,88	298.010.341,41	341.227.420,61	368.463.854,60	362.512.055,37	354.204.980,98	352.543.757,11	4.037.591.971,55	
Pensões	55.624.150,77	110.331.011,53	57.417.580,65	56.498.829,18	60.660.729,03	61.884.244,83	62.962.237,59	66.736.616,17	67.280.956,78	66.834.063,44	76.746.649,57	72.037.683,33	815.014.752,87	
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	172.730.771,18	184.170.825,42	293.249.214,35	233.886.847,36	181.617.004,32	227.879.604,47	230.356.971,21	264.023.859,84	270.616.967,65	299.489.875,65	285.296.843,84	301.508.796,21	2.944.627.583,50	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	83.198,49	177.427,94	31.038,02	34.406,54	0,00	84.968,94	15.060,26	43.399,89	52.875,96	57.866,02	67.139,52	6.535,07	653.946,84	
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	28.033.608,05	37.292.406,89	36.920.106,89	44.670.985,44	10.610.463,19	36.067.975,32	39.935.951,46	31.103.030,80	34.638.666,91	38.406.581,54	23.570.122,31	26.652.421,56	367.872.319,41	
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração*	1.317.453,66	1.362.780,57	1.769.346,42	1.495.674,79	21.933,56	1.647.488,78	1.106.747,01	1.328.237,75	2.804.667,69	1.046.778,41	6.531.645,43	2.222.047,39	22.654.801,46	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	143.295.510,98	145.368.211,05	254.528.723,02	187.485.780,59	170.984.607,57	190.079.231,53	189.299.212,48	231.549.221,23	233.122.957,09	258.976.628,68	255.127.936,58	272.627.794,19	2.533.448.815,99	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	915.092.468,54	1.719.313.260,80	816.321.788,43	1.102.664.683,66	906.873.810,41	902.337.833,89	895.323.341,18	1.049.421.886,61	1.056.092.978,62	1.094.474.853,87	1.076.066.012,32	1.059.484.779,45	12.592.467.497,78	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL				VALOR				% SOBRE A RCL AJUSTADA	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				31.912.422.468,66					
(-) Transferências obrigatórias às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VI)*				22.007.592,00					
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)*				144.512.186,00					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)				31.745.902.690,66					
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III + II + IIIa)				12.962.467.497,78				39,87	
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)				15.428.506.707,66				48,60	
LIMITE PRUDENCIAL (XI) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)				14.667.083.272,28				46,17	
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x XI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)				13.198.697.836,99				43,74	

NOTAS:
Os valores constantes nas linhas "() Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada" foram obtidos mediante o demonstrativo disponível no site eletrônico da Secretaria do Tesouro Nacional (www.gov.br/tesouro-nacional).
*No mês de maio de 2022, na linha "Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração", foi acrescido o valor total de R\$ 114.643,36 referente à liquidação de Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) dos meses de fevereiro/2022 (R\$ 34.480,23), março/2022 (R\$ 132.586,84) e abril/2022 (R\$ 547,49), pois embora tenham sido liquidadas no período de 12 meses considerado pelo demonstrativo completam a períodos anteriores ao de apuração, ou seja, antes de 01 de setembro de 2021.

Paulo Roberto Paiva de Oliveira
Diretor de Gestão Contábil e Fiscal

René de Oliveira e Sousa Júnior
Secretário de Estado da Fazenda

José Rubens Barreiros de Leão
Auditor Geral do Estado

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO/2022

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")					R\$ 1,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2022			
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre	
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	5.748.672.430,78	5.407.451.583,50	5.183.497.694,31		0,00
Dívida Mobiliária					
Dívida Contratual	5.311.093.589,77	4.986.153.003,23	5.183.497.694,31		0,00
Empréstimos	4.099.232.920,39	3.772.505.970,68	3.955.301.733,38		0,00
Internos	2.073.676.110,51	2.039.359.469,46	2.179.064.341,36		
Externos	2.025.556.809,88	1.733.146.501,22	1.776.237.392,02		
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	1.022.910.131,69	1.030.639.728,03	1.048.528.677,97		0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00		0,00
Internos					
Externos					
Parcelamento e Renegociação de dívidas	188.950.537,69	183.007.304,52	179.667.282,96		0,00
De Tributos	101.298.702,80	95.760.520,58	92.893.656,84		
De Contribuições Previdenciárias	87.506.109,47	87.116.946,66	86.659.198,94		
De Demais Contribuições Sociais					
Do FGTS	145.725,42	129.837,28	114.427,18		
Com Instituição Não financeira					
Demais Dívidas Contratuais					
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00		0,00
Outras Dívidas¹	437.578.841,01	421.298.580,27	0,00		0,00
DEDUÇÕES (II)	5.303.365.581,97	7.702.975.640,69	7.188.923.533,60		0,00
Disponibilidade de Caixa	4.909.822.285,80	7.307.021.018,37	6.794.652.750,19		0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.511.420.810,09	7.940.965.077,91	7.878.076.213,39		
(-) Restos a Pagar Processados	601.598.524,29	189.698.883,71	135.431.635,97		
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		444.245.175,83	947.991.827,23		
Demais Haveres Financeiros	393.543.296,17	395.954.622,32	394.270.783,41		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	445.306.848,81	-2.295.524.057,19	-2.005.425.839,29		0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	27.009.202.196,32	29.863.702.059,52	31.912.422.468,66		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	12.890.666,00	12.990.666,00	22.007.592,00		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	26.996.311.530,32	29.850.711.393,52	31.890.414.876,66		0,00
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	21,29	18,11	16,25		
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	1,65	-7,69	-6,29		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 200%	53.992.623.060,64	59.701.422.787,04	63.780.829.753,32		0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 90%	48.593.360.754,58	53.731.280.508,34	57.402.746.777,99		0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2022		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000				
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	97.392.207,00	64.928.138,20	32.464.069,40	
PASSIVO ATUARIAL	162.649.508,71	165.980.553,43	165.980.553,43	
RP NÃO-PROCESSADOS	146.107.565,33	37.598.725,72	23.891.584,19	
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO				
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP				
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS¹	359.076.809,37	393.415.473,83	319.739.632,40	

FONTE: Sistema SIAFEM, Unidade Responsável SEFA / DICONF, Data de emissão 14/Setembro/2022 e Hora de emissão 12h00min

NOTAS:

¹As referidas linhas, a partir da apuração referente ao 2º Quadrimestre de 2022, passaram a evidenciar fielmente as orientações de preenchimento conforme mapeamento divulgado pela STN, obedecendo as instruções previstas no MDF (STN) 12ª Edição. A composição da linha Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados (DRVV) será formada pelas seguintes rubricas (de curto e longo prazo): Consignações, Depósitos Judiciais, Depósitos não Judiciais e transferências Vinculadas, deduzidas dos valores do RPPS (IGEPREV) e dos Depósitos Judiciais de natureza tributária. Portanto, os valores decorrentes dos depósitos judiciais conforme disposto na Lei Estadual nº 8.312/2015, que regulamenta a Lei Complementar Federal nº 151/2015 serão evidenciados da seguinte forma: Os de natureza tributária na linha (Apropriação de Depósitos Judiciais) e os pertencentes a terceiros dentro da composição da linha (DRVV) seguindo orientação prevista no MDF (STN). Os valores de depósitos judiciais em que o Estado não faz parte da lide passam a ser informados na linha (DRVV) deduzindo da Disponibilidade de Caixa Bruta, repercutindo na composição da DCL.

Paulo Roberto Paiva de Oliveira
Diretor de Gestão Contábil e Fiscal

René de Oliveira e Sousa Júnior
Secretário de Estado da Fazenda

José Rubens Barreiros de Leão
Auditor Geral do Estado